

ATA N.º 01/2013 – Reunião de 22 de fevereiro de 2013

- 1 -----SESSÃO ORDINÁRIA-----  
2 -----REUNIÃO DO DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2013-----  
3 -----ATA NÚMERO UM / DOIS MIL E TREZE-----  
4 -----COMPOSIÇÃO DA MESA:-----  
5 - **Presidente** – João Carlos Barreiras Duarte; -----  
6 - **Primeiro Secretário** – Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício; -----  
7 - **Segundo Secretário** – Vanda Ferreira Nunes Laura.-----  
8 -----PRESENCAS: Estiveram presentes os senhores:-----  
9 - João Carlos Barreiras Duarte;-----  
10 - Anabela Martins Sá;-----  
11 - M.<sup>a</sup> Fernanda Faria Abreu Silva Mateus;-----  
12 - Cristina Martins Henriques; -----  
13 - António Fernando Lopes;-----  
14 - Vanda Ferreira Nunes Laura;-----  
15 - Marcos José Vicente Proença;-----  
16 - Luis Manuel Surrador Rego; -----  
17 - M.<sup>a</sup> Los Angeles Vinuesa Peña Oliveira; -----  
18 - Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício;-----  
19 - Alberto Carlos Nascimento Ferreira;-----  
20 - Carlos Fernando Faria Duarte;-----  
21 - Carlos Manuel Maximiano Batista;-----  
22 - Virgílio Paulo Silva;-----  
23 - Pedro Miguel Dias Lourenço;-----  
24 - Maria da Graça Romão Jesus Rua; -----  
25 - Susana Miguel Silva;-----  
26 - Ivo Gonçalo Rodrigues Faustino;-----  
27 - Luis Francisco Campos Silva; -----  
28 - Armando Salvador Maia da Fonseca;-----  
29 - Presidente da Junta de Freguesia do Bombarral António Feliciano Júnior; -----  
30 - Presidente da Junta de Freguesia do Carvalhal João Manuel Gomes Mendonça;-----  
31 - Presidente da Junta de Freguesia da Roliça M.<sup>a</sup> Norberta Ponte Ferreira Santos;-----  
32 - Presidente da Junta de Freguesia do Pó Nuno Diogo Fernandes Bernardino;-----  
33 - Presidente da Junta de Freguesia do Vale Covo Joaquim Marcos Rodrigues  
34 Henriques.-----  
35 -----Faltou a esta sessão o senhor Pedro José Oliveira Rebelo Angelo.-----  
36 -----OUTRAS PRESENCAS: Estiveram igualmente presentes os senhores:-----  
37 - Presidente da Câmara Municipal José Manuel Gonçalves Vieira; -----  
38 - Vice-presidente Nuno Manuel Mota Silva; -----  
39 - Vereador Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins;-----  
40 - Vereador José Victor Ribeiro da Silva;-----  
41 - Vereadora Lúcia Maria Silva Poseiro;-----  
42 - Vereadora Maria Arminda Oliveira Sousa;-----  
43 - Chefe da divisão financeira Regina Paula Jesus Aires;-----

## ATA N.º 01/2013 – Reunião de 22 de fevereiro de 2013

44 - Técnica superior Cidália Maria Pancrácio Santos;-----  
45 - Chefe da divisão de obras e infra-estruturas municipais Maria Antónia Palma Vargas;-  
46 - Técnica superior jurista Elsa Margarida Costa Santos; -----  
47 - Assistente Técnico Nuno Fernando Carreira Tabora Ferreira. -----  
48 -----Pelas 21:35 horas o senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia  
49 Municipal declarou a sessão aberta. -----  
50 -----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----  
51 -----**ATA 05/2012:** Depois de lida e achada conforme foi deliberado por maioria  
52 com 20 votos a favor e 4 abstenções, aprovar a ata n.º 05/2012, da reunião de 14 de  
53 dezembro de 2012.-----  
54 -----**EXPEDIENTE:** O senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia leu o  
55 expediente entrado na secretaria da Assembleia Municipal desde a última sessão  
56 ordinária. -----  
57 -----**MOÇÃO:** Foi presente a seguinte moção pelo grupo municipal da CDU:  
58 “Nunca como hoje o Poder Local Democrático sofreu um ataque tão profundo e  
59 diversificado, nunca o pilar do Estado Democrático tecido de proximidade e participação  
60 foi tão fortemente abalado. A pretexto da modernidade emergem propósitos de amputar  
61 o Poder Local de características que lhe são essenciais, de recursos financeiros e de  
62 meios humanos e técnicos necessários à sua ação. A pretexto do controlo da dívida  
63 pública, controlam-se, de facto, as opções e as políticas das autarquias e a sua ação ao  
64 serviço das populações que as compõem. Como se não bastassem as obrigações de  
65 «informar» com detalhe e frequência que raíam a coscuvilhice e os despachos de  
66 autorização ministerial, pretende-se a criação de estruturas supramunicipais destinadas  
67 a sugar alguns dos poderes dos municípios e a exercer tutela efetiva em clara fraude à  
68 Constituição. Pretende legitimar a destruição de mais de um milhar de freguesias e, a  
69 breve prazo, a liquidação de algumas dezenas de municípios. Reduzem-se os efetivos  
70 em pessoal, degradam-se a qualidade técnica dos serviços e a capacidade de  
71 enquadramento e direção do trabalho. E prossegue a brutal asfixia financeira, com a  
72 diminuição do montante da participação nos recursos públicos que cabe às autarquias,  
73 a afetação de acréscimos de receita a fundos e outras formas de os sonegar à gestão  
74 autárquica, a elevação dos encargos existentes e a criação de novos encargos. Tudo  
75 enquanto aumenta exponencialmente a carga tributária sobre as populações e se  
76 degradam os serviços que lhes deviam ser prestados. Assim: A Assembleia Municipal  
77 de Bombarral, reunida em 22 de fevereiro de 2013, delibera: 1.º Repudiar a eliminação  
78 de freguesias e reclamar a inversão do processo no sentido da real aproximação aos  
79 eleitores e da pronta resolução dos seus problemas; 2.º Rejeitar a ingerência  
80 governamental na gestão dos assuntos locais e todas as formas oblíquas de concretizar  
81 limitações à autonomia dos municípios e das freguesias, especialmente através da  
82 tutela de reguladores e de pseudogestores sem legitimidade democrática direta; 3.º  
83 Rejeitar o esvaziamento dos municípios inscrito na proposta de legislação sobre  
84 atribuições e competências, inseparável do projeto de liquidação de municípios  
85 presente no pacto subscrito pelas troikas; 4.º Manifestar a sua oposição ao esbulho  
86 sistemático de recursos financeiros e ao acréscimo de encargos e exigir a progressiva

## ATA N.º 01/2013 – Reunião de 22 de fevereiro de 2013

87 reposição da capacidade financeira dos municípios, o alargamento dos recursos do  
88 Estado afetos às freguesias, o fim das consignações e a uma distribuição equitativa e  
89 transparente. 5.º Reafirmar o seu empenho na defesa do serviço público sob controlo  
90 democrático, do Poder Local Democrático e, sobretudo, das populações que  
91 representa. 6º Enviar a presente moção ao Presidente da República, à Presidente e aos  
92 Grupos Parlamentares na AR, ao Governo, à ANMP e ANAFRE e à Comunicação  
93 Social.”-----  
94 -----PRESENCAS: Pelas 21:45 horas compareceu na sessão o senhor  
95 Presidente da Assembleia Municipal que passou a presidir a sessão a partir deste  
96 momento. -----  
97 -----A senhora D. M.<sup>a</sup> Los Angeles Oliveira (CDU) considerou estar na altura da  
98 Assembleia Municipal do Bombarral voltar a pronunciar-se sobre a extinção de  
99 freguesias e sobre o que se apresenta para o futuro das autarquias. -----  
100 -----Foi deliberado por maioria com 23 votos a favor (12 do PSD, 8 do PS, 1 do  
101 CDS e 2 da CDU), 1 abstenção (1 do PSD) e 1 voto contra (1 do PSD) aprovar a moção  
102 supra transcrita. -----  
103 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. ----  
104 -----MOÇÃO: Foi presente a seguinte moção pelo grupo municipal da CDU:  
105 “Considerando que a Constituição da República Portuguesa consagra, designadamente  
106 que “*o regime das finanças locais visará a justa repartição dos recursos públicos pelo*  
107 *Estado e pelas autarquias e a necessária correção das desigualdades*”, o que ficou  
108 registado na primeira Lei das Finanças Locais – Lei 1/79, que correspondeu a um  
109 importante progresso na autonomia financeira das autarquias, seja quanto ao montante  
110 global da receita, seja no estabelecimento de critérios objetivos da sua distribuição  
111 pelos municípios e na simplificação do processo de transferência, seja da proibição da  
112 existência de quaisquer formas de subsídio ou comparticipação, combatendo a  
113 distribuição discricionária e só para alguns; Considerando que, no entanto, o pendor  
114 centralista dos sucessivos governos e a sua resistência ao cumprimento da autonomia  
115 financeira das autarquias conduziu a três décadas de conflito e de sucessivos  
116 incumprimentos, o que só foi travado com a luta persistente das autarquias, de que são  
117 exemplo a Lei 1/87 e a Lei 48/98, embora com insuficiências e recuos face à primeira  
118 Lei das Finanças Locais, mas, depois, novamente agravado com a Lei 2/2007, que  
119 ainda está em vigor, e que constituiu um rude golpe contra a autonomia financeira das  
120 autarquias locais; Considerando que esta evolução negativa dos regimes das finanças  
121 locais, com o conjunto dos constrangimentos que a acompanha, é o resultado das  
122 opções neoliberais e das principais conceções que as dominam: redução do papel do  
123 Estado, desinvestimento público, alienação de funções e serviços públicos, oneração  
124 crescente sobre as populações; Considerando que, desde 2010, se entrou numa nova  
125 fase de total arbitrariedade e violação do regime de finanças locais, usando como  
126 pretextos a “redução do défice” e o dito “memorando de entendimento” entre as troikas  
127 nacional e estrangeira, o que conduziu a novas reduções nas transferências para as  
128 autarquias locais (em 2010 foram reduzidas, a meio do ano, em 100 milhões de euros  
129 nas verbas inscritas no Orçamento de Estado para esse ano; em 2011 em 245 milhões

## ATA N.º 01/2013 – Reunião de 22 de fevereiro de 2013

130 de euros – menos 227 milhões de euros para os municípios e menos 18 milhões para  
131 as freguesias; em 2012 e 2013 novas reduções correspondentes a 0,1% do PIB, o que  
132 fará com que, em 2013, haja menos 480 milhões de euros inscritos no OE relativamente  
133 a 2010); Considerando que está já agendada na Assembleia da República uma nova  
134 proposta de lei para alterar a Lei das Finanças Locais, a qual pretende a total liquidação  
135 da autonomia financeira das autarquias locais, que, por exemplo: □□em termos  
136 financeiros: a proposta reduz de 25,3 para 18,5% a participação dos municípios na  
137 partilha de recursos públicos e de 2,5 para 2% a participação das freguesias; elimina o  
138 IMT enquanto receita de imposto devido aos municípios nas transações imobiliárias; e  
139 cria um Fundo de Apoio (FAM) de resgate de municípios em falência que os outros  
140 municípios terão de pagar, desviando verbas que eram para todos; □□no plano da  
141 autonomia – com diversas propostas, incluindo a possibilidade de serem estabelecidos,  
142 pela via da Lei do Orçamento de Estado, limites adicionais à dívida total autárquica,  
143 fixação de limites adicionais à assunção de atos que determinem encargos financeiros,  
144 novas reduções dos montantes que resultariam da aplicação da lei face a situações  
145 ditas excepcionais, como o cumprimento das regras do Pacto de Estabilidade (PEC);  
146 novas restrições na área do financiamento municipal perante terceiros e mais  
147 ingerências do Governo, incluindo na retenção de verbas do FEF. Considerando que  
148 uma nova lei de finanças locais com base nesta proposta agravaria ainda mais a  
149 situação do Município de Bombarral A Assembleia Municipal de Bombarral reunida em  
150 22 de Fevereiro de 2013, delibera: 1. Pronunciar-se contra a nova Proposta de Lei das  
151 Finanças Locais recentemente apresentada na Assembleia da República, por ser um  
152 verdadeiro atentado à autonomia das autarquias locais; 2. Apelar aos deputados de  
153 todos os Grupos Parlamentares que defendam o Poder Local Democrático e a  
154 autonomia financeira das autarquias, rejeitando esta proposta de lei quando for votada  
155 na Assembleia da República; 3. Divulgar e denunciar publicamente o grave conteúdo  
156 desta proposta de lei e o perigo que representa para as autarquias locais, que ficariam  
157 com mais dificuldades de responder aos problemas das populações, sem os adequados  
158 meios financeiros. 4. Enviar esta moção ao Presidente da República, à Presidente e aos  
159 Grupos Parlamentares na AR, ao Governo, à ANMP e ANAFRE e à Comunicação  
160 Social.”-----

161 -----A senhora D. M.<sup>a</sup> Los Angeles Oliveira (CDU) disse já se terem habituado a  
162 que quando aparecem as leis das finanças locais se faça a defesa das propostas  
163 porque têm determinada cor, mas passado algum tempo vêm dar-lhes razão porque as  
164 autarquias são cada vez mais espoliadas dos seus rendimentos e asfixiadas pelas  
165 dívidas. A actual proposta de lei não vai resolver a situação das autarquias, indo retirar-  
166 se mais meios próprios às autarquias que ficarão muito pior e depois terão que ser as  
167 autarquias a socorrerem as que estiverem em pior estado. -----

168 -----Foi deliberado por maioria com 19 votos a favor (8 do PSD, 8 do PS, 1 do  
169 CDS e 2 da CDU), 5 abstenções (5 do PSD) e 1 voto contra (1 do PSD) aprovar a  
170 moção supra transcrita. -----

171 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

## ATA N.º 01/2013 – Reunião de 22 de fevereiro de 2013

172 -----O senhor Luis Rego (CDS) disse ter recebido a acta da última reunião de  
173 Câmara onde foi discutido o assunto da opção gestonária tendo sido dado como  
174 exemplo o caso da Câmara Municipal de Setúbal, Gostava de saber como está este  
175 processo pois pensa que se tiver de pagar a Câmara Municipal terá algumas  
176 dificuldades.-----

177 -----O senhor Marcos Proença (PS) disse ir mais uma vez falar sobre o trânsito,  
178 voltando à questão das passadeiras de peões que necessitam de repintura,  
179 nomeadamente na Rua Luis de Camões, junto aos correios e junto à antiga firma  
180 Belmiro Marques. Outro local é em frente à antiga firma Auto-alexandres. Quanto às  
181 passadeiras em lombas em frente ao Lidl, com chuva tem-se visto um acumular de água,  
182 porque ou não há grelha e sumidouros ou estão entupidos. Em frente à creche, na Rua  
183 Infante D. Henrique, o pavimento está degradado, pelo que perguntou quando é que a  
184 Câmara Municipal repõe o pavimento em boas condições. Alertou novamente que os  
185 bancos do Largo da Igreja necessitam todos de travessas e repintura.-----

186 -----O senhor Luis Campos (PSD) lembrou que relativamente às obras da  
187 entrada sul já tinha falado nalgumas anomalias que se mantêm, não sabendo se são  
188 erros de projecto ou da obra. Refere-se, nomeadamente, às passadeiras sem  
189 rebaixamento para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida e junto às  
190 lombas questiona se não devia ser posto algum sumidouro para evitar a acumulação  
191 das águas pluviais. Na ponte das Barreiras as fendas que o senhor vereador disse que  
192 iam ser seladas estão rigorosamente na mesma, as valetas estão entupidas pelo que a  
193 água vem para as fendas e já está a aparecer na parte mais baixa da estrada. Solicitou  
194 esclarecimentos sobre as situações dos processos da Casa Escola Agrícola As  
195 Palmeiras e sobre o antigo edifício da ASAGRO.-----

196 -----O senhor Presidente da Câmara, relativamente à opção gestonária disse  
197 que o processo não tem nada em comum com outros casos, uma vez que é  
198 absolutamente sui generis e não deu margem para qualquer outra decisão que não  
199 fosse a que a Câmara tomou. Contudo, trata-se de um caso que está entregue às  
200 instâncias competentes e a Câmara terá de cumprir com aquela que for a decisão  
201 superior. Por enquanto ainda não houve qualquer evolução do processo, sendo que o  
202 nosso caso não é comparável com nenhum outro. Toda a gente sabe o clima de  
203 precipitação e trapalhada com que as coisas foram decididas em Outubro de 2009,  
204 mesmo em cima do acto eleitoral, sem a necessária preparação e sem serem reunidas  
205 as devidas condições, para o acto ser considerado válido. A posição que tomaram teve  
206 por base toda a sustentabilidade jurídica e técnica que conseguiram reunir e aguarda-se  
207 que a conclusão deste processo seja apresentada a todo o momento. Se a decisão for  
208 a favor dos trabalhadores, a Câmara Municipal assumirá tudo aquilo que tenha de  
209 assumir, na defesa e cumprimento dos direitos que se vierem a comprovar. Quanto à  
210 questão da repintura das passadeiras disse que o tempo não tem permitido a sua  
211 concretização. Quanto aos bancos do Largo da Igreja disse ser uma questão simples  
212 mas pertinente, sendo uma situação que tem de ser resolvida. Referiu que vai averiguar  
213 as questões apresentadas sobre a obra da entra sul.-----

## ATA N.º 01/2013 – Reunião de 22 de fevereiro de 2013

214 -----A senhora chefe da divisão de obras e infra-estruturas municipais,  
215 relativamente à drenagem das águas pluviais no Largo dos Aviadores e junto à firma  
216 Filipe Santos Silva, referiu que os sumidouros do projecto não estão compatibilizados  
217 com a localização das passadeiras elevadas. Já no decorrer da obra adoptaram uma  
218 solução com grelhas que permitiriam o escoamento das águas e têm feito uma limpeza  
219 das folhas e do lixo que impede o atravessamento das águas. Quanto ao rebaixamento  
220 disse que todas as passadeiras não elevadas têm um espelho que permite a  
221 acessibilidade de cadeiras de rodas e as passadeiras elevadas estão ao nível dos  
222 passeios. Lembrou que no projecto a maioria das passadeiras estão em lomba. -----  
223 -----O senhor vice-presidente da Câmara, relativamente à ponte das Barreiras,  
224 disse ser verdade que a selagem das fissuras ainda não aconteceu porque só hoje  
225 tiveram a requisição para a aquisição da matéria-prima. -----  
226 -----O senhor Presidente da Câmara, relativamente ao caso da Casa Escola  
227 Agrícola As Palmeiras, disse que o processo está em fase de audiência dos  
228 interessados e a APDR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Rural  
229 invocou uma série de considerandos genéricos, tendo sido notificada para apresentar  
230 provas das alegações. Constataram que a APDR tinha dado o edifício como garantia ao  
231 banco e que o tinha colocado à venda sem dar conhecimento à Câmara Municipal, pelo  
232 que estão a promover a reversão do bem. O que a APDR pretende ao certo, ainda não  
233 sabemos porque nada reivindicaram. Quanto à ASAGRO houve, em tempos, um  
234 protocolo de cedência do terreno tendo a associação ali construído a sua sede. Há um  
235 processo pendente que os serviços jurídicos estão a analisar porque sabemos que as  
236 instalações não estão a ser utilizadas, havendo um processo judicial sobre a Asagro  
237 que ainda não está inteiramente resolvido. -----  
238 -----O senhor Fernando Lopes (PS) alertou que também na passadeira de peões  
239 junto ao edifício sede do agrupamento de escolas se verifica a acumulação de águas  
240 quando chove. Relativamente à opção gestionária disse que também o PS está  
241 preocupado e na sessão de 14.12.2012 alertou que no orçamento deveria estar  
242 salvaguardada esta situação. Lembrou que na sessão de 14 de Dezembro foi aprovada  
243 a estrutura orgânica que tinha de ser implementada até 31.12.2012, pelo que quer  
244 saber qual o ponto de situação deste processo. -----  
245 -----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale Covo, Joaquim Marcos  
246 Henriques solicitou novamente esclarecimentos sobre os semáforos das Gamelas, da  
247 despoluição linha de água do Vale Pato e do saneamento da urbanização Viver &  
248 Lazer, lembrando as respostas que na sessão da Assembleia Municipal de 14 de  
249 Dezembro lhe foram dadas sobre estas matérias. Quanto à lei 11-A/2013, já em vigor,  
250 lembrou que a mesma impõe à Câmara Municipal que no prazo de 90 dias tem de criar  
251 uma comissão instaladora. -----  
252 -----O senhor Luis Campos (PSD) disse que a situação da entra sul o preocupa.  
253 Só vê a hipótese ou que haja um erro do projectista ou um erro de obra e nem a  
254 Câmara nem os bombarralenses têm de ficar prejudicados com isso. Se é um erro de  
255 projecto há que responsabilizar o projectista, se é um erro de obra há que  
256 responsabilizar o empreiteiro. Referiu que nas zonas mais inclinadas é onde se verifica

**ATA N.º 01/2013 – Reunião de 22 de fevereiro de 2013**

257 uma maior acumulação de águas. Convidou a senhora chefe de divisão e o senhor vice-  
258 presidente da Câmara a visitarem a obra com ele que lhes indicará onde estão os  
259 defeitos.-----

260 -----O senhor Presidente da Câmara, respondendo ao senhor Fernando Lopes,  
261 disse que logo que possível e que o tempo o permita ter-se-á em conta a pintura das  
262 passadeiras que é uma situação importante para a segurança das pessoas. Quanto à  
263 opção gestonária, reitera que a Câmara dará cumprimento aquela que for a decisão de  
264 quem de direito. Relativamente à estrutura orgânica disse que, em termos de  
265 reestruturação houve sancionamento da proposta apresentada, na sequência de uma  
266 obrigação legal. Esta alteração está dependente da intervenção da Câmara e da  
267 Assembleia Municipal, sendo um processo complexo porque mexe com toda a  
268 estrutura. A Câmara e a Assembleia já aprovaram o novo modelo, e este já foi enviado  
269 para publicação em Diário da República, não tendo o mesmo sido ainda publicado  
270 devido a problemas informáticos com o sistema da Imprensa Nacional, conforme lhe foi  
271 comunicado. A entrada em vigor da nova estrutura foi protelada, tendo em conta a  
272 necessidade de travar qualquer aumento da despesa com indemnizações e novos  
273 procedimentos concursais. Nessa sequência, foi decidido não avançar na íntegra com a  
274 reestruturação, pelo que a mesma irá ser implementada gradualmente de forma a  
275 garantir o bom funcionamento dos serviços.-----

276 -----O senhor vice-presidente da Câmara disse que, sobre os semáforos das  
277 Gamelas, já foi notificada a Portugal Telecom relativamente ao acidente ocorrido, tendo  
278 esta reencaminhado o assunto para a seguradora Fidelidade Mundial, da qual  
279 receberam hoje um pedido de orçamento do que estava estragado. Quanto ao Largo  
280 Jaime Duarte disse que as coisas não têm sido fáceis mas pensa que o mais tardar em  
281 Abril este largo e a estrada junto à creche estarão alcatroados. No tocante à  
282 urbanização Viver & Lazer informou que já foi feita a abertura do procedimento, tendo  
283 havido uma empresa que respondeu à qual foram solicitados esclarecimentos mas  
284 como a mesma não respondeu o concurso teve de ser anulado, estando neste  
285 momento a decorrer novo procedimento.-----

286 -----O senhor Presidente da Câmara disse que não há por enquanto  
287 determinações da Unidade Técnica sobre como vai proceder-se à agregação das  
288 freguesias pelo que os serviços estão a aguardar as indicações claras e precisas da  
289 tramitação a desenvolver.-----

290 -----A senhora chefe da divisão de obras e infra-estruturas municipais informou  
291 que a despoluição da linha de água do Vale Pato implica a abertura de procedimento  
292 concursal para execução da empreitada e estão com limitações legais impostas em  
293 termos de fundos disponíveis.-----

294 -----O senhor Fernando Lopes (PS) solicitou esclarecimentos relativamente à  
295 entrada em vigor da nova estrutura orgânica, nomeadamente sobre quem decidiu  
296 suspender o processo uma vez que a Assembleia Municipal a aprovou em tempo útil.  
297 Alertou para o facto da passadeira em frente das antigas instalações da Copynet ficar  
298 alagada sempre que chove. Disse ter ficado confuso pois não percebeu o que se passa

**ATA N.º 01/2013 – Reunião de 22 de fevereiro de 2013**

299 com a Casa Escola Agrícola As Palmeiras, questionando se a Câmara Municipal  
300 exerceu ou não o direito de preferência. -----

301 -----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale Covo, Joaquim Marcos  
302 Henriques disse que a Lei 11-A/2013 de 28 de Janeiro é clara dizendo que a Câmara  
303 Municipal tem que criar uma comissão instaladora 90 dias antes do acto eleitoral. -----

304 -----O senhor Presidente da Câmara disse que não decidido não aplicar a nova  
305 estrutura orgânica, mas sim que a mesma vai ser aplicada em fases sucessivas  
306 mantendo-se as comissões de serviço até ao seu término porque é essencial evitar o  
307 pagamento de indemnizações e assegurar a manutenção dos dirigentes nos serviços.  
308 Quanto à Casa Escola Agrícola As Palmeiras lembrou que a APDR utilizou este espaço  
309 com direito de cedência do terreno, pelo que, ao abandonar as instalações a Câmara  
310 Municipal tem o direito usar o direito de reversão, sendo essa a posição que vai tomar.  
311 Naturalmente que sobre as benfeitorias ali feitas pela APDR, poderá esta ter alguns  
312 direitos que juridicamente serão tidos em conta. A APDR não tem o direito de vender o  
313 espaço como tentou fazer e por isso não vão autorizar, de forma alguma quaisquer  
314 abusos desta natureza. -----

315 -----O senhor vice-presidente da Câmara disse não haver sumidouros na  
316 passadeira referida pelo senhor Fernando Lopes, havendo várias coisas que têm de ser  
317 rectificadas. -----

318 -----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, relativamente à lei dos  
319 compromissos, disse que têm de ver seriamente esta situação. Vai solicitar alguns  
320 pareceres e fazer uma exposição ao senhor Ministro das Finanças e ao senhor Ministro  
321 Adjunto do senhor Primeiro-ministro porque se começam a criar situações caricatas. Há  
322 poucas semanas pediu para se fazerem duas requisições simples para cabimentar a  
323 compra de água para as sessões deste órgão e para se adquirir um livro de assinatura  
324 de presenças e foram confrontados com a existência da informação de que não há  
325 fundos disponíveis. Já perguntou se pode emprestar o dinheiro para se comprar o  
326 mencionado livro e as águas têm sido adquiridas pelo funcionário que presta apoio à  
327 Assembleia Municipal. Concorda com a lei dos Compromissos pois o Estado e as  
328 instituições não podem gastar o que não têm, mas tem que se ter cuidado sobre a  
329 forma como se pagam as dívidas. A interpretação e aplicação da lei é que não pode ser  
330 feita da forma como está a ser feita. No limite os órgãos não funcionam e isso não pode  
331 acontecer. Esta situação não pode continuar assim. Podem ir contra a lei mas questiona  
332 o que acontecerá se um dia mais tarde os autarcas vierem a ser responsabilizados. Há  
333 algo que aqui não está bem. -----

334 -----**APRECIACÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ATIVIDADE**  
335 **MUNICIPAL E SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA:** O senhor  
336 Presidente da Câmara informou que a dívida a fornecedores é de € 2,462 milhões de  
337 euros, e as facturas em conferência são no valor de € 38.287, pelo que o total da dívida  
338 será de € 2,5 milhões de euros, a dívida à banca é de 3,362 milhões de euros, o que dá  
339 uma dívida total de 5,442 milhões de euros. Contudo foram celebrados acordos de  
340 pagamentos com efeitos em 2013 – 2017 no valor de 1,995 milhões de euros, o que dá  
341 uma dívida de 7,8 milhões de euros. -----



## ATA N.º 01/2013 – Reunião de 22 de fevereiro de 2013

342 -----A senhora D. M.<sup>a</sup> Los Angeles Oliveira (CDU) disse que o que verificam em  
343 relação à última informação não é diminuição da dívida mas sim aumento, pois há um  
344 montante superior da dívida a fornecedores e da dívida global. Em relação à actividade  
345 municipal continuam a ter empreitadas que não mudam de posição. No centro escolar  
346 do Bombarral a percentagem é mais baixa do que seria de esperar para uma possível  
347 utilização no próximo ano lectivo. Em relação à carta educativa perguntou se não se  
348 está a pensar fazer uma alteração. Quanto à limpeza de fossas sépticas questionou  
349 qual o parâmetro em zonas devidamente infra-estruturadas e permitir aí a construção  
350 de fossas e se ao permitir-se essa situação tal é aceitável para o Município ou se é  
351 desvantajosa. -----

352 -----O senhor Fernando Lopes (PS) solicitou informação sobre o ponto de  
353 situação do estudo e conservação do edificado. Pretende saber se tem havido  
354 reclamações, e quantas, no âmbito da avaliação geral dos imóveis. Quanto ao gabinete  
355 jurídico, considerou positivo vir a informação que vinham solicitando mas falta a  
356 referência às contra-ordenações e coimas. No que toca às fossas sépticas lembrou que  
357 são uma solução de recurso pelo que se continuam e se for possível a permissão da  
358 construção de fossas se essa situação é aceitável para o Município ou se é  
359 desvantajosa. -----

360 -----O senhor Luis Campos (PSD), relativamente à questão dos fundos  
361 disponíveis, sugeriu que fossem pedidos pareceres a algumas instituições para  
362 esclarecimento desta situação, citando o caso das vistorias a elevadores que os  
363 munícipes requerem e pagam mas como a Câmara Municipal não tem fundos  
364 disponíveis não pode fazer as vistorias. Se houver um acidente pergunta de quem é  
365 a responsabilidade. Algo tem de ser esclarecido sobre se a lei está a ser bem aplicada. --

366 -----O senhor Presidente da Câmara, respondendo à senhora D. M.<sup>a</sup> Los Angeles  
367 Oliveira, disse que é claro e inequívoco que a dívida tem diminuído consideravelmente  
368 e isso estará bem patente na demonstração das contas e resultados de 2012. As obras  
369 do Centro Escolar estão a desenrolar-se a bom ritmo e tem indicações de que estará  
370 pronto a tempo de ali se iniciar o próximo ano lectivo. Neste momento está a decorrer a  
371 fase de procedimentos para a aquisição do mobiliário. Quanto à carta educativa  
372 informou que vão reunir o conselho escolar para preparar a monitorização do  
373 documento existente, perspectivando-se, pelas consultas feitas até agora, não haver a  
374 necessidade de construir mais centros escolares. -----

375 -----O senhor vice-presidente da Câmara informou que as fossas sépticas só são  
376 permitidas onde não existe rede ou em situações excepcionais, não tendo  
377 conhecimento que a Câmara Municipal autorize fora dessas zonas. -----

378 -----O senhor Presidente da Câmara, no tocante à conservação do edificado,  
379 referiu que tem sido um processo difícil e sem grande receptividade por parte dos  
380 proprietários dos imóveis degradados, mas tem havido algum avanço. Sobre eventuais  
381 reclamações disse tratar-se de um processo das Finanças ao qual a Câmara Municipal  
382 tem dado colaboração. Acerca da questão das contra-ordenações e coimas será dada  
383 nota ao gabinete jurídico para, futuramente, apresentarem informação mais detalhada.  
384 No tocante à questão referida pelo senhor Luis Campos, sobre os fundos disponíveis,

## ATA N.º 01/2013 – Reunião de 22 de fevereiro de 2013

385 disse que de facto esta é uma questão muito séria e problemática para o  
386 desenvolvimento de qualquer actividade do município. E sendo uma situação que  
387 constrange enormemente a acção da câmara admite que se procurem soluções que  
388 minimizem o impacto desta lei e que possam libertar alguns fundos, pelo menos o  
389 essenciais para a Câmara funcionar dentro de padrões minimamente normais. -----  
390 -----A senhora chefe da divisão financeira disse que os fundos disponíveis  
391 existem para dar orientação de que não podem superar em termos de despesa a  
392 receita arrecadada. O Município tem muitas dívidas de anos anteriores, o que tem  
393 acarretado muitos constrangimentos. Se têm 100 na tesouraria só podem gastar esses  
394 100, se tiverem uma dívida de um milhão vai demorar até conseguirem adquirir seja o  
395 que for. Quando as prioridades para trás não foram bem definidas isso acarreta  
396 problemas. Como o Município tem despesas superiores à receita todos os meses há  
397 deficit. É certo que estas situações criam dificuldades, nalguns meses mais do que  
398 noutros e não têm o ónus dos compromissos diferidos para os anos posteriores.  
399 Verificando as receitas cobradas e confrontando-as com os compromissos facilmente  
400 verificam que não têm fundos disponíveis. O exemplo da inspecção dos elevadores é  
401 um facto, mas as receitas consignadas estão estipuladas no POCAL e são muito  
402 poucas, pelo que quando entra a receita é absorvida pelos fundos negativos. Estão no  
403 bom caminho e os compromissos diminuíram de 19 para 13 milhões de euros, mas  
404 partiram de uma situação muito má. -----  
405 -----A senhora presidente da Junta de Freguesia da Roliça Norberta Santos  
406 lembrou que a azenha do Vale Roto é património da Câmara Municipal e é um exemplo  
407 que a autarquia devia dar, mas é uma pena que a Câmara Municipal deixe aquele  
408 espaço chegar ao ponto a que chegou. -----  
409 -----O senhor Fernando Lopes (PS) considerou que nestas questões do edificado  
410 o que interessa é que seja resolvida a situação. Lembrou que passaram vários anos e  
411 continua tudo na mesma. Quanto à lei dos compromissos considerou que aquilo que a  
412 senhora chefe de divisão acabou de dizer é que a Câmara Municipal está a caminhar  
413 para o abismo, perguntando o que foi feito para evitar essa situação. -----  
414 -----O senhor presidente da Junta de Freguesia de Vale Covo Joaquim Marcos  
415 Henriques disse ter tido conhecimento que elementos da Hospiarte visitaram as antigas  
416 instalações da Crisperfil, que são propriedade de uma firma de Leiria, e possivelmente  
417 iriam instalar-se aí. Perguntou se a Câmara Municipal tem algum conhecimento desta  
418 possibilidade. Disse não ter visto neste relatório as obras para as infra-estruturas  
419 destinadas à instalação da Hospiarte. -----  
420 -----O senhor Presidente da Câmara disse que o património degradado da  
421 autarquia não passa só pela azenha do Vale Roto, mas por muito outro edificado, como  
422 por exemplo, o antigo matadouro, a casa do Falcão, e tantos outros exemplos, mas a  
423 fase que estão a atravessar não é propícia a essa recuperação, por motivos  
424 sobejamente conhecidos. É fácil de ver que se não foi possível recuperar esse  
425 património em tempos de desafogo financeiro, não será agora a altura em que isso seja  
426 viável. Têm propostas para estes espaços nobres e dignos mas deparam-se com  
427 dificuldades para avançar com obras concretas. Todos sabem que tem havido evolução

## ATA N.º 01/2013 – Reunião de 22 de fevereiro de 2013

428 no processo do edificado degradado mas essa recuperação anda ao ritmo das  
429 inúmeras dificuldades que os portugueses têm sentido e para recuperar imóveis é  
430 preciso dinheiro. A Câmara Municipal pode substituir-se aos proprietários mas não tem  
431 ela também capacidade para fazer tudo o que é necessário fazer em termos de obras  
432 de reabilitação, demolições e preservação do património privado. Quanto à Hospiarte  
433 disse que se esta empresa não se instalar, no terreno que lhe foi disponibilizado pela  
434 Câmara Municipal, não será por outro motivo que não as actuais condições do  
435 mercado. Neste momento a Hospiarte tem à sua disposição o terreno infra-estruturado  
436 para se instalar, mas não tem apresentado qualquer vontade em construir, como  
437 sempre intencionou, uma nova unidade no concelho. No último contacto com a empresa  
438 foi-lhe dito que não querará ficar conhecido como o responsável pelo despedimento dos  
439 funcionários da Hospiarte, mas todos sabem que se essa situação grave vier a  
440 acontecer não será por culpa do Presidente da Câmara. Neste momento estamos à  
441 espera que a administração da empresa venha assinar o contrato do terreno onde a  
442 empresa se deve instalar, conforme foi protocolado. Mas a verdade é que todos  
443 sabemos que as vendas decaíram quase para metade e a empresa tem vindo a  
444 atravessar sérias dificuldades que a estão a fazer recuar na intenção inicial. A Câmara  
445 Municipal tem agido de boa fé, em todo este processo e tem o direito de sentir-se traída  
446 e ofendida, com insinuações menos sérias. Estamos dispostos a conversar e a agilizar  
447 soluções que ajudem a viabilizar os projetos da empresa e a sua continuidade no nosso  
448 concelho. Informou que vão reunir com a empresa num dia próximo, já agendado.-----

449 -----**PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE PUBLICIDADE:** -----

450 -----O senhor presidente da Junta de Freguesia de Vale Covo Joaquim Marcos  
451 Henriques deixou a reflexão de que algumas das situações aqui previstas na nova lei  
452 das autarquias locais passarão a ser competência das Juntas de Freguesia, pelo que  
453 não sabe como vai ser feito.-----

454 -----O senhor Marcos Proença (PS) disse achar que este regulamento é um  
455 documento muito útil, mas em face do teor do artigo 5.º entende que a Câmara  
456 Municipal devia criar um gabinete de apoio aos pequenos empresários para  
457 simplificação da parte burocrática inerente aos requerimentos necessários. Quanto às  
458 taxas, face à conjuntura difícil que se atravessa, a Câmara Municipal nos anos mais  
459 próximos devia suspender estas taxas facilitando a vida ao pequeno comércio.-----

460 -----O senhor Fernando Lopes (PS) pôs um enfoque particular nas exigências do  
461 artigo 5.º que é burocrático e complicado.-----

462 -----O senhor Presidente da Câmara disse que por força das reformas que o  
463 estado tem vindo a implementar, com novas leis a sucederem-se e a provocar  
464 constantes alterações, ainda os documentos não estão aprovados e já estão a precisar  
465 de retificações. Lembrou que tudo o que está no regulamento foi alvo de partilha e  
466 discussão pública. Considerou significativa a intervenção do senhor Marcos Proença,  
467 reconhecendo que todos vêm com interesse a situação do concelho precisar de um  
468 gabinete de apoio aos comerciantes e de uma associação empresarial. Após lhe ter  
469 sido entregue a chave da Associação Comercial desenvolveu diversas demarches para  
470 reactivar aquele espaço mas tem sido muito difícil e não tem encontrado receptividade.

## ATA N.º 01/2013 – Reunião de 22 de fevereiro de 2013

471 Com uma proposta que tem está na disposição de contactar empresários mais jovens  
472 que queiram que as coisas vão para a frente. -----  
473 -----O senhor Luis Campos (PSD) disse que no artigo 5.º existe uma gralha  
474 porque há dois n.º 2. Considerou que este documento demonstra que se tenta arranjar  
475 trabalho para justificar o número de pessoas nalguns locais. -----  
476 -----Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar o Regulamento  
477 Municipal de Publicidade. -----  
478 -----**PROPOSTA DE 1.ª REVISÃO ORÇAMENTAL ÀS GRANDES OPÇÕES DO**  
479 **PLANO E ORÇAMENTO 2013:** O senhor Presidente da Câmara disse que com esta  
480 revisão se anula uma verba do centro escolar porque se efectuaram pagamentos acima  
481 do previsto. O reforço das senhas de presença é para suprir a sessão de instalação dos  
482 órgãos.-----  
483 -----O senhor Fernando Lopes (PS) alertou que a revisão não está assinada pelo  
484 senhor Presidente da Câmara.-----  
485 -----A senhora D. M.ª Los Angeles Oliveira (CDU) perguntou como é que se sabe  
486 que existe um excesso de verba nas sessões extraordinárias quando em anos  
487 anteriores e chegou a pôr a questão de não haver verba suficiente para as sessões da  
488 Assembleia Municipal.-----  
489 -----O senhor Presidente da Câmara disse que se o documento não está  
490 assinado é um lapso que não se deve repetir. -----  
491 -----A senhora chefe da divisão financeira disse que não é excesso de verba mas  
492 sim uma redução para suportar a sessão adicional. As sessões extraordinárias carecem  
493 de fundos disponíveis e as ordinárias não. Retirou a verba de uma rubrica da mesma  
494 natureza. - -----  
495 -----O senhor Luis Campos (PSD) disse que a intervenção da senhora chefe da  
496 divisão financeira leva-o a entender que até final do ano não haverá fundos disponíveis.  
497 Perguntou se foi pedida opinião ao senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----  
498 -----O senhor presidente da Junta de Freguesia de Vale Covo Joaquim Marcos  
499 Henriques disse que foram alteradas verbas da Assembleia Municipal sem ter sido  
500 pedida a opinião do respectivo presidente.-----  
501 -----O senhor Presidente da Assembleia Municipal considerou tratar-se de uma  
502 questão de pormenor e até concorda com esta situação. O funcionário que dá apoio à  
503 Assembleia Municipal alertou para a situação que decorre da lei.-----  
504 -----A senhora chefe da divisão financeira disse não conseguir adivinhar o futuro  
505 e há presente data são estes os dados que possui. -----  
506 -----O senhor Luis Campos (PSD) considerou que o que aconteceu foi um  
507 desrespeito pela Assembleia Municipal, o funcionário devia ter informado o presidente  
508 da Assembleia Municipal e a hierarquia devia ser respeitada.-----  
509 -----Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar a 1.ª revisão  
510 orçamental às grandes opções do plano e orçamento de 2013.-----  
511

**ATA N.º 01/2013 – Reunião de 22 de fevereiro de 2013**

512 -----Nada mais havendo a tratar, pelas 00:10 horas, foi a sessão encerrada e  
513 lavrada a presente ata, que depois de lida e achada conforme, será assinada pela  
514 Presidente da Mesa e pelos dois Secretários.-----

515

516 O Presidente:

517

518 O 1.º Secretário:

519

520 O 2.º Secretário:

521